

Edição nº 3 – 19 a 23 de setembro

GOVERNO ANUNCIA 34 PROJETOS PARA O PPI

O Governo Federal anunciou, na última terça-feira (13), após a primeira reunião do Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), o Projeto Crescer, que compreende 34 projetos de infraestrutura que serão concedidos à iniciativa privada. Com linhas especiais de financiamento público e privado, esses projetos terão prioridade de tramitação durante a sua execução pelos agentes públicos de todas as esferas.

O programa terá como diretrizes a adoção de indicadores claros da qualidade do serviço, publicação dos editais em inglês e em português, obrigatoriedade de licença ambiental prévia ou emissão de diretrizes para obtenção dessa licença antes de o Governo licitar um projeto, dentre outras.

A lista de projetos inclui concessões na área de transportes, nos setores de energia, de saneamento, de ativos minerais e a Lotex, a Loteria Instantânea Exclusiva, atualmente sob controle da Caixa Econômica Federal.

Dentre os projetos de transporte, o Governo pretende licitar os aeroportos de Porto Alegre, de Salvador, de Florianópolis e de Fortaleza, além dos terminais portuários de combustíveis de Santarém e de trigo do Rio de Janeiro, bem como rodovias em Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e as ferrovias Norte-Sul, Ferrogrão e FIOL.

Os ativos de saneamento envolvem distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto no Rio de Janeiro (Cedae), Roraima (Caerd) e Pará (Cosanpa).

Em mineração, serão licitadas áreas atualmente detidas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Tratam-se de ativos de fosfato, cobre, chumbo, zinco e carvão em diversos estados.

Já o pacote de energia englobará campos terrestres e marítimos de petróleo e gás natural sob regimes de concessão e partilha. Além disso, também foram incluídas no Projeto Crescer a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Companhia de Eletricidade do Acre, a Companhia Energética de Alagoas, a Companhia de Energia do Piauí, as Centrais Elétricas de Rondônia S.A. e as Usinas Hidrelétricas de São Simão (GO), Volta Grande (MG), Miranda (MG), Pery (SC), e Agro Trafo (TO).

O BNDES e a Caixa Econômica já disponibilizaram, juntos, R\$ 30 bilhões para financiamento das concessões.

(Texto redigido em conjunto com a equipe de Infraestrutura/Contratos e Projetos Governamentais de TozziniFreire Advogados)

FIQUE DE OLHO

- Cassação de Eduardo Cunha abre espaço para prioridades do governo federal.
- Câmara debaterá implantação de infraestrutura subterrânea em obras de pavimentação.
- Câmara decidirá sobre o valor dos honorários de administrador judicial em caso de falências.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

PROJETO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS VAI À SANÇÃO PRESIDENCIAL

Foi aprovado no Senado o Projeto de Lei do Senado nº 479/2012, nos termos de seu substitutivo, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas de tal crime. De acordo com o texto, o Código Penal passará a considerar crime a conduta de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo, dentre outras. O texto segue para sanção presidencial.

FIQUE DE OLHO

CASSAÇÃO DE EDUARDO CUNHA ABRE ESPAÇO PARA PRIORIDADES DO GOVERNO FEDERAL

Em 12 de setembro o Plenário da Câmara dos Deputados cassou, por 450 votos favoráveis, 10 contrários e 9 abstenções, o mandato do ex-Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Após dez meses em trâmite na Câmara, o processo de cassação, que chegou a ser conhecido como "o mais longo da história", teve finalmente seu parecer deliberado no Plenário. A expressiva maioria dos deputados reconheceu que Eduardo Cunha ofendeu o decoro parlamentar ao mentir em depoimento prestado à CPI da Petrobrás, em março de 2015, afirmando que ele não tinha contas bancárias na Suíça, quando as autoridades suíças prestaram extensa documentação comprovando que o ex-parlamentar, sua esposa e pelo menos uma filha eram beneficiários de trusts com vultosos recursos aplicados. Com a cassação do mandato de Cunha, o suplente Marquinho Mendes, do PMDB do Rio de Janeiro, assume a vaga e passa a exercer o cargo até o fim do mandato. Além disso, a Câmara, que vinha de um período turbulento e com poucas deliberações, especialmente por conta do processo de cassação do então Deputado Cunha e a indefinição do impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, agora abre espaço para a deliberação de projetos prioritários para o novo governo, conforme sinaliza o atual Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Entre as pautas prioritárias, estão: a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, que propõe a limitação de gastos fiscais dos estados; o Projeto de Lei nº 4.567/2016, que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobrás ser operadora na exploração do Pré-Sal; o Projeto de Lei Complementar nº 181/2015 e o Projeto de Lei nº 3.337/2015, que permitem a cessão de créditos da Dívida Ativa da União a pessoas jurídicas de direito privado; e o Projeto de Lei Complementar nº 25/2007, que altera regras do Simples Nacional.

NOVO MARCO DA MINERAÇÃO DEVE SER DIVIDIDO EM 3 PROJETOS

O Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que o Projeto de Lei do Novo Marco da Mineração deverá ser dividido em três projetos distintos, sendo um para tratar sobre a criação da Agência Nacional de Mineração, outro que deverá aumentar a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) e, um terceiro, para atualizar o Código de Mineração em si.

CCJC ADMITE NOVO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (13), parecer pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 212/2016, do Senado Federal, que institui novo regime especial de pagamento de precatórios, com prazo máximo de 10 anos. A PEC propõe que estados, Distrito Federal e municípios, para saldar precatórios vencidos e a vencer, poderão optar por este regime especial e depositar, mensalmente, em conta criada para esta finalidade, 1/12 do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime, será mantido fixo até o final do prazo de 10 anos. A proposição dispõe ainda que, nos casos de liberação intempestiva dos recursos, o chefe do Poder Executivo responderá conforme Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Improbidade Administrativa. A proposição agora será examinada por uma Comissão Especial e depois seguirá para votação em dois turnos no Plenário da Câmara.

CCJC AUTORIZA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS POR COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (13), o Projeto de Lei Complementar nº 100/2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo para possibilitar que os municípios que tenham disponibilidade de caixa e os órgãos, entidades e empresas por eles controlados depositem os recursos nas cooperativas de crédito. Atualmente, as cooperativas de crédito somente são autorizadas a captar recursos e abrir créditos para associados, ressalvadas as operações realizadas com outras instituições financeiras e os recursos obtidos de pessoas jurídicas, em caráter eventual, a taxas favorecidas ou em depósitos isentos de remuneração.

CME DA CÂMARA APROVA REGIME ESPECIAL PARA EXPLORAÇÃO DE ROCHAS ORNAMENTAIS

Na última terça-feira (13) foi aprovado na Comissão de Minas e Energia (CME) o Projeto de Lei (PL) nº 5.751/2016, que dispõe sobre o regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais, para incluir a exploração de rochas ornamentais e de revestimento e de carbonatos de cálcio e de magnésio no regime de licenciamento ou de autorização e concessão. O autor do PL é o Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e o relator na CME foi o Dep. José Reinaldo (PSB-MA). Agora, o PL seguirá à

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para apreciação.

GPI DA LEI ROUANET INICIA OS TRABALHOS

Na terça-feira (13) foi realizada a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada conforme Requerimento nº 23/2016, do Deputado Alberto Fraga (DEM-DF), para apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais da Lei Rouanet. Na quarta-feira, o Deputado Fraga foi eleito presidente da Comissão e ele ainda precisa indicar quem será o Relator da Comissão.

AGENDA DA SEMANA

GOVERNO FEDERAL

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)
20/09/2016**

O Presidente Michel Temer fará o discurso de abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorrerá em Nova Iorque, nos Estados Unidos.



CONGRESSO NACIONAL

**PLENÁRIO
19 E 20/09/2016**

Veto Parcial nº 30/2016, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 13/2016, decorrente da análise da

Medida Provisória nº 714/2016, que, dentre outros temas, negou a ampliação do limite de participação do investimento estrangeiro na aviação civil.

SENADO FEDERAL

**PLENÁRIO
19/09/2016, às 14H**

Projeto de Lei do Senado nº 204/2016, que permite aos entes da federação ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, a pessoas jurídicas de direito privado.

Autor: Sen. José Serra (PSDB-SP)
Relator: Sen. Paulo Bauer (PSDB-SC).
Relatório: pela aprovação, com emendas.

Projeto de Resolução do Senado nº 55/2015, que fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.

Autores: Sen. Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e outros
Relator: Sen. Jorge Viana (PT-AC)
Relatório: pela aprovação.

Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016, que autoriza a criação de distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Trata-se da chamada "cláusula de barreira" para partidos políticos.

Autores: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e outros
Relator: Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

20/09/2016, às 9H

Proposta de Emenda à Constituição nº 122/2015, que altera a Constituição Federal para incluir o Plano Pluriquadrienal como norteador das despesas e investimentos previstos no orçamento da União.

Autores: Sen. Donizeti Nogueira (PT-TO) e outros
Relator: Sen. Lindbergh Farias (PT-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei do Senado nº 401/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública.
Autores: Sen. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
Relator: Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei do Senado nº 401/2013, que altera a Lei de Licitações para estabelecer que a respectiva licença de instalação seja anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.
Autor: Sen. Antonio Aloysio Nunes (PSDB-SP)
Relator: Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
20/09/2016, às 09H

Proposta de Emenda à Constituição nº 187/2016, que acrescenta dispositivo à Constituição Federal para permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar sua renda.
Autor: Dep. Vicentinho Júnior (PR-TO)
Relator: Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)
Relatório: pela admissibilidade.

Projeto de Lei nº 4.917/2009, que altera o Código Civil para possibilitar que as sociedades estrangeiras sejam sócias, acionistas ou cotistas de sociedade brasileira.
Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)
Relator: Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CDU)
20/09/2016, às 10H

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 5.858/2013, do Senado Federal, que dispõe sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condiciona a concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.
Autor: Sen. Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator: Dep. Val Amélio (PRTB-AL)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei do Senado nº 292/2015, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para vedar a interrupção de fornecimento de serviços de energia, água e telefonia para entidades do Poder Público que exerçam atividades de utilidade pública.
Autor: Sen. Dário Berger (PMDB-SC)
Relator: Sen. Paulo Paim (PT-RS)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)
21/09/2016, às 09H30

Reunião para debater o tema "avanço do plantio da soja no bioma Pantanal".

Projeto de Lei nº 2.114/2015, que cria o programa Licença Brasil e estabelece normas gerais para a obtenção de licenças e alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais, empresariais, industriais, empreendimentos habitacionais e entidades sem fins lucrativos, classificados em lei como empreendimentos de baixo risco, no âmbito da Administração Pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A proposta visa simplificar o licenciamento e a obtenção de alvarás conduzidos nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.
Autor: Dep. Rogerio Rosso (PSD-DF)
Relator: Dep. Julio Lopes (PP-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 3.637/2015, do Senado Federal, que altera a legislação para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano.
Autor: Sen. Acir Gurgacz (PDT-RO)
Relator: Dep. Alberto Filho (PMDB-MA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
20/09/2016, às 09H30

Projeto de Lei nº 5.646/2016, que estabelece critérios mais rígidos para a aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da justiça do trabalho e nas relações consumeristas, entre outros.
Autora: Dep. Cristiane Brasil (PTB-RJ)
Relator: Dep. Covatti Filho (PP-RS)
Relatório: pela aprovação.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 4.855/2016, que altera a Lei de Recuperação e Falências para fins de alterar o valor dos honorários a serem pagos ao administrador judicial. A proposta diminui o limite do total a ser pago de cinco para três por cento do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)
Relator: Dep. Augusto Coutinho (SD-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)
20/09/2016, às 10H

Projeto de Decreto Legislativo nº 433/2016, que aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotadas por Sessão Ordinária da 8ª Conferência das Partes atuando como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, em Doha, Catar, em 8 de dezembro de 2012.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relator: Dep. Luiz Lauro Filho (PSB-SP)
Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 2.775/2011, que trata da obrigatoriedade de contratação de responsável técnico em meio ambiente ou consultoria técnica equivalente para empresas potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autor: Dep. Penna (PV-SP)
Relator: Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

Projeto de Lei nº 1.962/2015, que institui incentivos à implantação de pequenas centrais hidrelétricas e de centrais de geração de energia elétrica a partir da fonte solar e da biomassa.

Autor: Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)
Relator: Dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)
20/09/2016, às 9H30

Projeto de Lei nº 206/2003, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para tratar da justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo. Dentre outros

pontos, o PL condiciona a rescisão por justa causa à concessão de prévia licença para tratamento específico da doença do alcoolismo, com duração mínima de sessenta dias.

Autor: Dep. Roberto Magalhães (PSDB-PE)
Relator: Dep. Odorico Monteiro (PROS-CE)
Relatório: pela aprovação.

Projeto de Lei nº 2.997/2015, do Senado Federal, que altera a Lei Pelé para exigir a comprovação de contratação de seguro de vida, de acidentes pessoais e de invalidez permanente para os atletas profissionais e para o responsável técnico de suas respectivas equipes, como condição para participação de atletas e de treinadores de futebol nas competições que especifica.

Autor: Sen. Zeze Perrella (PTB-MG)
Relator: Dep. Luciano Ducci (PSB-PR)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)
20/09/2016, às 9H30

Projeto de Lei nº 3.547/2012, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para dispor sobre a informação do ano de fabricação e do ano-modelo no Certificado de Registro de Veículo e no Certificado de Licenciamento Anual com maior detalhamento e condições.

Autor: Dep. Hugo Motta (PMDB-PB)
Relator: Dep. Domingos Neto (PSD-CE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 1.398/2015, que dispõe sobre a regulação do transporte autônomo de cargas e dá outras providências. Um dos pontos importantes do PL é o que estabelece reserva de mercado para os transportadores autônomos e suas cooperativas, de forma que as empresas com mercadorias acima de 200 toneladas por mês sejam obrigadas a transportar pelo menos 40% de suas cargas por meio de transportadores autônomos, individuais ou organizados em cooperativas de caminhoneiros.

Autor: Dep. Osmar Terra (PMDB-RS) e outros
Relator: Dep. Gonzaga Patriota (PSB-PE)
Relatório: pela rejeição.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTABELEGER MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO
20 E 21/09/2016

Audiências Públicas para debater o Projeto de Lei nº 4.850/2016.